

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS

Vanessa Strapazzon

O Outro no Discurso: Uma Análise no Gênero Notícia.

Passo Fundo
2012

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

O Outro no Discurso: Uma Análise no Gênero Notícia.

Vanessa Strapazon

Passo Fundo, dezembro de 2012

Vanessa Strapazon

O Outro no Discurso: Uma Análise no Gênero Notícia.

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título do grau de Licenciatura em Letras.
Orientador: Elisane Regina Cayser.

**Passo Fundo
2012**

AGRADECIMENTOS

À Professora Elisane Regina Cayser, pela orientação, paciência, simpatia, entusiasmo e apoio na elaboração deste trabalho.

Aos Professores do Curso de Letras, pela dedicação e ensinamentos demonstrados durante os momentos que estiveram presentes no curso.

A todos os amigos, pela oportunidade de conhecê-los e dividir momentos inesquecíveis.

Em especial as minhas queridas amigas e companheiras de todos os momentos Juliane De Col, Patrícia Chiarello, Taís Deon e Tamires Stuaní que durante esta jornada dividiram comigo momentos de alegria e tristeza, mesmo estando distantes nunca deixaram de me ajudar.

À minha mãe, por todo apoio, compreensão e força. Com certeza esta vitória não é somente minha. Obrigada por tudo.

*“A palavra não foi feita para
enfeitar, brilhar como ouro falso. A
palavra foi feita para dizer.”*
Graciliano Ramos

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a forma como ocorrem as vozes do discurso nos textos jornalísticos, observando mais especificamente a utilização do discurso direto e do discurso indireto, que marcam o uso do discurso de outrem. Estudaram-se, para tanto, os gêneros textuais, atentando para o fato de eles serem uma forma de comunicação entre as pessoas. Por meio das reflexões amparadas nos estudos de Marcuschi, buscou-se o entendimento acerca do uso e do emprego dos diferentes gêneros na sociedade. A partir dos estudos de Maingueneau e Fiorin sobre dialogismo, polifonia e enunciação, buscou-se investigar a ocorrência e o uso do discurso direto e do discurso indireto com efeito de distanciamento ou de aproximação e relação ao dito. Tais características foram analisadas com o propósito de observar a ocorrência da voz do outro no discurso do enunciador. O *corpus* é composto por trechos de notícias, nas quais foi possível observar o uso de ambos os discursos para marcar a fala do outro, bem como uma tendência à escolha de verbos dicendi neutros para indicar tais discursos.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Polifonia. Heterogeneidade. Discurso Reportado.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	GÊNEROS TEXTUAIS	15
3	HETEROGENEIDADE NO TEXTO	22
4	ANÁLISE	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Todo enunciador possui um destinatário a quem dirige suas palavras, mesmo que ele seja virtual. Conforme for sua intenção ao se comunicar, um enunciado específico será escolhido. Esse enunciado será classificado dentro de algum gênero. Assim, enquadrando neste gênero em específico, o enunciado deverá conter características próprias do gênero escolhido.

O sujeito nunca possui poder supremo em relação ao que diz e como diz. Um dos motivos para tanto é que “crenças fincadas na sociedade e representativas de diferentes segmentos sociais ditam como dizer”. Outro motivo é que existem os gêneros, ou seja, grupos de “textos que compartilham características em comum, mesmo que heterogêneas, estão disponíveis nas culturas”. Logo, como a pessoa não possui liberdade total no que escreve, visto que é o gênero quem dita as regras e o enunciador deve atender a essas regras ao escrever ou falar, “a noção de gênero, constitutiva do texto, confirma o fato de não poder haver texto absolutamente original” (DISCINI, 2007, p. 34).

Além disso, “quando queremos exercer qualquer tipo de poder ou de influência, recorremos ao discurso”, pois “o funcionamento de uma língua no dia a dia é, mais do que tudo, um processo de integração social” (MARCUSCHI, 2009, p. 162,163).

Os textos são representações que se constroem a partir de formações ideológicas, são reproduzidos pelo homem que é um sujeito constituído pela linguagem. Assim, todo texto possui dados novos, que estão sendo mostrados pela primeira vez, e dados repetidos, os termos que de alguma forma buscam ou fazem referência a algo que já foi dito.

Cada gênero é utilizado para um propósito específico que o determina e lhe possibilita circular. Logo, cada gênero possui uma função especial.

O gênero notícia, aqui estudado, prima por ser confiável e mostrar que a notícia parte de algo verídico. Assim, será verificado como o autor faz para que o leitor creia na verdade do que se diz. Desta forma, se observará a maneira como o autor utiliza o discurso direto e o discurso indireto nos trechos das notícias, bem como os efeitos que ele cria ao empregá-los.

A notícia é possuidora de uma subjetividade, confirmando o fato da notícia ser “sempre fruto de um recorte do real”. Assim, o enunciador a “faz a partir de um lugar social, o que implica numa visão de mundo, marcada pela subjetividade em suas relações com outras pessoas e com os fatos” (PAULINO, Graça. et al., 2001, p. 46).

Como é o jornalista quem decide o que e como será escrito, é observada a escolha das

palavras e dos discursos alheios. Desta forma, sendo analisado o quanto o escritor deseja se envolver com o discurso e quanto ele deixa sua opinião transparecer.

A pesquisa desenvolvida investiga o fato de que a fala nunca é inédita, enfatizando o fato de ser utilizado um gênero textual específico quando quer se escrever um texto determinado. Assim, é feito um estudo acerca da heterogeneidade, analisando-se a interatividade entre as vozes do *eu* e do *outro* em trecho de notícias jornalísticas.

A investigação será organizada em três capítulos. O primeiro se constituirá no entendimento da questão sobre gênero, observando que sempre que uma pessoa deseja se comunicar ela fará uso de algum gênero, sendo que o seu uso se dá a partir de objetivos específicos e sempre em situações sociais marcadas. Como referencial teórico utilizou-se um estudo feito por Luiz Antonio Marcuschi. O entendimento sobre gênero contribuirá para o entendimento do motivo de as notícias serem escritas com determinadas características.

O segundo capítulo buscará discutir a ocorrência das vozes do *eu* e do *outro* nos textos, criando a mistura de várias vozes num mesmo discurso. Serviram de referencial teórico, em especial, as reflexões feitas por José Luiz Fiorin e Dominique Maingueneau, que abordam, em seus estudos, o uso do discurso direto e do discurso indireto, juntamente com os efeitos criados por cada um.

No terceiro capítulo, serão analisados trechos de doze notícias jornalísticas, que foram publicadas entre o ano de 2009 e 2012, extraídas do site www.noticiasbizarras.com.br. Como são notícias inusitadas, às vezes muito surpreendentes, é interessante observar, nelas, como o enunciador faz crer na veracidade do que é dito e, ao mesmo tempo, como coloca a fala do outro no seu discurso.

2 GÊNEROS TEXTUAIS

Na atualidade usa-se *gêneros* para classificar tipos específicos de enunciados, tanto na oralidade como na escrita e não sendo mais vinculados apenas à literatura. O seu estudo atenta para a linguagem que está em funcionamento e para as atividades culturais e sociais.

Foi Aristóteles quem elaborou a teoria mais ordenada a respeito dos gêneros e do discurso. Para ele, *aquele que fala, aquele sobre o que se fala e aquele a quem se fala* são os elementos que formam o discurso. Ainda, segundo a teoria de Aristóteles, temos no discurso o ouvinte que atua *como espectador e olha o presente*, o ouvinte que atua *como assembleia e olha o futuro* e o ouvinte que atua *como juiz que julga sobre as coisas passadas*. A partir destas três formas de julgamento, conforme Marcuschi afirma, Aristóteles acaba associando três formas de discurso retórico sendo um o *discurso deliberativo* que aconselhava/desaconselhava e estava direcionado para o futuro, o outro sendo o *discurso judiciário* que acusava ou defendia e baseava-se no passado e por último o *discurso demonstrativo* que elogiava ou censurava e localizava-se no presente (Marcuschi, 2009, p.148).

O estudo de gêneros textuais vem crescendo e se tornando cada vez mais multidisciplinar devido à quantidade e diferentes áreas de estudiosos que demonstram interesse em estudá-lo. Com isso, Marcuschi observa que “a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral” e que “o trato de gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas” (Marcuschi, 2009, p. 149).

A partir disto é possível o questionamento em torno de como é usado um discurso específico em situação determinada. Para esclarecer esta questão, Marcuschi afirma que na construção de determinado gênero

estão envolvidas questões mais do que socioculturais e cognitivas, como observa Bhatia (1997:629), pois há aí ações de ordem comunicativa com estratégias convencionais para atingir determinados objetivos... cada gênero textual tem um propósito bastante claro que determina e lhe dá uma esfera de circulação. Aliás, esse será um aspecto bastante interessante, pois todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo (MARCUSCHI, 2009, p. 150)

Os gêneros textuais são usados pelas pessoas como forma de comunicação e como

parte de conhecimento comum. Ao dominar um gênero textual, se está controlando uma maneira de usar a comunicação com finalidades específicas em ações sociocomunicativas, visto que o uso dos gêneros é necessário para a socialização. A partir disto, Marcuschi diz que “gêneros textuais operam em certos contextos, como forma de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação além da justificativa individual” (2009, p. 154).

Fica claro que os gêneros atuam na sociedade na forma de atividades discursivas servindo como maneiras variadas de mando social bem como um meio de desempenho de poder. Assim, Marcuschi expõe que “os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia” e que também eles são “necessários para a interlocução humana” (2009, p.161)

Os gêneros exercem controle sobre a forma como se escreve e como se fala, deste modo mostrando que a ideia de que somos livres é incoerente, pois nossa sociedade regula e dita o que se deve fazer nos direcionando para ações já estabelecidas.

A vida em sociedade encontra-se envolta por um aparelho discursivo, sendo os gêneros textuais um material de maior valor, uma vez que possuir seu domínio e manipulação dá-se por parte da inserção e poder social que o indivíduo possui. E ainda, defende-se a ideia de que

boa parte de nossas atividades discursivas servem para atividades de controle social e cognitivo. Quando queremos exercer qualquer tipo de poder ou de influência, recorremos ao discurso. Ninguém fala só para exercitar as próprias cordas vocais ou tímpanos alheios. Na realidade o meio em que o ser humano vive e no qual cabe imerso é muito maior que seu ambiente físico e contorno imediato, já que está envolto também por sua história e pela sociedade que (o) criou pelos seus discursos. A vivência cultural humana está sempre envolta em linguagem, e todos os nossos textos situam-se nessas vivências estabilizadas em gêneros...(MARCUSCHI, 2009, p. 163).

Esta perspectiva repassa a tese adotada e defendida por Marcuschi na qual ele afirma que “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto” e desta maneira “ a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual” (2009, p. 154).

As qualificações para os gêneros são nomeações históricas e que foram estabelecidas socialmente.

Nos estudos dos gêneros existem muitos aspectos teóricos, mas que na maioria dos casos adotam critérios que oferecem uma orientação básica e tem sua utilidade somente no

entendimento de como os autores agrupam os gêneros e não da forma como os gêneros funcionam.

Mesmo com variadas teorias, ainda não é possível fazer uma classificação exata dos gêneros textuais devido a sua dinamicidade, complexidade, variabilidade e por serem sócio-históricos. Porém, entendendo alguns termos que fazem parte do gênero textual, inclusive ele próprio, torna-se mais fácil entender seu funcionamento.

Inicialmente tem-se o tipo textual que “designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}”, qualificam-se mais na forma de “sequências lingüísticas (sequências retóricas)” sendo assim, modos textuais e os tipos na maioria das vezes “abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção” (Marcuschi, 2009, p. 155). Há também uma explicação para o gênero textual a qual diz que ele nada mais é do que os textos que são vistos no dia a dia que possuem características sociocomunicativas e, como afirma Marcuschi, os gêneros também “são entidades empíricas em situações comunicativas” que “constituem em princípio listagens abertas” além de serem “formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas”. E por fim, apresenta-se o domínio discursivo que “constitui muito mais uma ‘esfera da atividade humana’ no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica instâncias discursivas”, que dá procedência a vários gêneros e não somente a um (2009, p. 155).

O gênero possui uma identidade que sempre está ligada a sua realidade social, juntamente com as atividades humanas. Devido a essa identidade, não há liberdade total na escolha, o que acaba limitando a escrita. Porém, estas limitações e uniformizações acabam por abrir espaços para diversificadas escolhas, estilos, criatividade e variação.

Desta forma, Marcuschi frisa que gênero e tipo “não subsistem isolados nem alheios um ao outro, são formas constitutivas do texto em funcionamento” e que

não devemos imaginar que a distinção entre gênero e tipo textual forme uma visão dicotômica, pois eles são dois aspectos constitutivos do funcionamento da língua em situações de comunicação da vida diária... toda vez que desejamos produzir alguma ação lingüística em situação real, recorreremos a algum gênero textual. Eles são parte integrante da sociedade e não elementos que se sobrepõem a ela (2009, p. 156).

Ao analisar os gêneros é possível observar que há uma vasta heterogeneidade tipológica que se localizam neles o que dificulta a definição das coordenadas em cada

domínio discursivo.

Como é bastante complicado classificar os gêneros tende-se a esclarecer sua constituição e seu curso social. Como exemplo para divisão de gêneros, Marcuschi cita uma classificação feita por Maingueneau num artigo de 1990, no qual os gêneros são divididos em três grupos: gêneros autorais, rotineiros e conversacionais. Porém, tempo depois o autor modificou estes termos, pois mostraram-se inadequados a certas classificações deixando-as confusas ou passando uma ideia errônea. Com isso, Maingueneau passa a dividir a classificação em dois grupos: regime de gêneros conversacionais e regime de gêneros instituídos, ficando agora neste último grupo os gêneros autorais e rotineiros. O que, segundo Marcuschi, interessa nessa teoria é o fato de ser possível a diferenciação que há nos regimes de criação textual na área da interdiscutividade que acaba por mostrar que a escolha de determinado gênero para o discurso é regida por interesses definidos.

Outro motivo que torna difícil a classificação e/ou nomeação dos gêneros é que eles se misturam e se juntam constituindo novos gêneros. Muitas vezes só é possível especificar o gênero pelo local onde o texto aparece.

Os critérios usados normalmente para nomear os gêneros são a “forma estrutural (gráfico; rodapé; debate; poema), propósito comunicativo (errata; endereço), conteúdo (nota de compra; resumo de novela), meio de transmissão (telefonema; telegrama; e-mail), papéis de interlocutores (exame oral; autorização) e contexto situacional (conversação esp.; carta pessoal)”. (Marcuschi, 2009, p. 164).

A publicidade é quem mescla mais os gêneros como forma de chamar a atenção de maneira mais atrativa e assim fazer com que as pessoas leiam mais. Um exemplo é como quando usam um determinado texto, uma poesia, como base para fazer a propaganda ou escreverem a notícia.

Existe também a questão em torno do suporte dos gêneros. Este é um assunto ainda em desenvolvimento com muitas questões pendentes.

O mídiu, como Marcuschi destaca que é assim chamado por Dominique Maingueneau (2001), declara que se ocorrer uma alteração no mídiu o grupo de gênero de discurso será alterado, revelando que o mídiu não serve somente para transportar mensagens.

A partir destas observações Marcuschi afirma que “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele” (2009, p. 174) sendo necessário para que o gênero possa circular na sociedade, mas não significando que seja o suporte que defina o gênero, mas é o gênero que demanda de um suporte especial. Porém, em alguns casos, o gênero só será identificado a

partir do suporte, tornando discutível a informação anterior. Para ficar mais clara a definição de suporte, Marcuschi lembra que

entendemos aqui como suporte de gênero um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto (2009, p. 174).

Com esta definição tem-se três facetas. O primeiro é de que o suporte é um lugar, algo real. O segundo é que o suporte tem formato específico, tendo sido feito com a função de transportar textos. E por último é de que o suporte serve para fixar e mostrar o texto, tornando-o aberto para a área comunicativa.

É necessário ver as demais características do suporte como o domínio discursivo, formação discursiva, gênero e tipo textual para poder diferenciar com mais facilidade o suporte de gênero.

Os suportes sempre abrigam textos com a finalidade de alcançar a sociedade. Com base nesta ideia, Marcuschi classifica os suportes em dois tipos. Os suportes que foram criados para portarem ou fixarem texto, o autor chama de suportes convencionais. Já os que são usados de forma ocasional ou casual, tendo uma abrangência ampla no uso dos textos escritos, ele os chama de suportes incidentais.

A partir dessas definições, Marcuschi expõe exemplos desses suportes, os primeiros exemplos fazem parte dos suportes convencionais.

Um livro não é um gênero, mas sim, comporta os mais diferentes deles. O livro sempre é um suporte, algumas vezes contém apenas um gênero e outras, muitos e variados gêneros.

O jornal diário e o semanal claramente são suportes com vários gêneros. Devido à função do suporte recebem características especiais, como no caso da notícia, cartas do leitor, notas sociais e outros mais. A revista semanal ou mensal poderia ser classificada como o jornal diário, mas além de possuir um número menor de gêneros, o procedimento de textualização contém características especiais. A revista científica, boletins e anais são suportes de gêneros particulares e vinculados a um domínio discursivo que se especializam de forma clara aos gêneros veiculados pela revista.

O outdoor é um suporte, pois veicula gêneros com funções e conteúdos especializados. O encarte é algo dependente e sempre encontra-se inserido dentro de outra embalagem ou suporte. O folder é um suporte que transporta gêneros como publicidade, currículos,

prospectos e outros mais e pode conter mais de um gênero. Os luminosos servem para exibir textos e imagens de forma comunicativa com gêneros relacionados à publicidade.

Posteriormente a estes exemplos de suportes convencionais, Marcuschi cita também exemplos de alguns suportes incidentais.

A embalagem é tida como suporte quando nela pode-se encontrar vários gêneros, como o rótulo e uma receita, no caso dos produtos comestíveis. Os para-choques e paralamas de caminhões são suportes de gêneros do tipo frase e provérbio. As fachadas, geralmente de prédios, veiculam textos maiores usando gêneros de curto comprimento.

Além dos exemplos para suportes convencionais e incidentais, Marcuschi também cita exemplos de serviços que atuam na comunicação, mas que não devem ser tomados como suportes, mas sim como serviços.

Os correios são uma forma de transporte ou serviço. O e-mail, quando visto como forma de cartas pessoais é um gênero, mas atuando como correio eletrônico é um serviço. A internet é tratada por Marcuschi “como um suporte que alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos” e “contém todos os gêneros possíveis” (2009, p. 186).

Assim, deve-se atentar para não confundir o gênero com o suporte, mesmo um sendo necessário para que o outro circule na sociedade e tenha a influência cabida à natureza do gênero usado.

Os gêneros textuais formam e reproduzem as práticas sociais, portanto supõem-se que há diferenças na utilização e funcionamento dos gêneros nas culturas. Cada cultura é única e possui características específicas. Em uma cultura certo gênero pode servir como forma de interatividade e em outra este mesmo gênero pode se tornar totalmente inadequado a situação. Dentro de um mesmo país é possível observar a existência de uma grande variedade cultural.

É necessário notar a característica em torno do uso comunicativo dos gêneros que definem as formas estruturais. Os gêneros textuais são parte da sociedade e coordenam os costumes, sendo que são adquiridos no decorrer da vida quando se é parte de algum grupo. A partir deste fato, afirma-se que

um gênero seria uma noção usada pelos falantes que se apóiam em características gerais e situações rotineiras para identificá-lo. Tudo indica que existe um saber social comum pelo qual os falantes se orientam em suas decisões acerca do gênero de texto que estão produzindo ou que devem produzir em cada contexto comunicativo. Esses gêneros não surgem naturalmente, mas se constroem na interação comunicativa e são fenômenos sociointerativos. (MARCUSCHI, 2009, p. 187)

Por isso, Marcuschi afirma que “os gêneros são modelos comunicativos” e na maioria das vezes são utilizados “para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para determinada reação” (2009, p. 188). Assim, os gêneros são escolhidos baseando-se nos objetivos e natureza do assunto, mostrando ser ação de uso e não de forma.

3 HETEROGENEIDADE NO TEXTO

Os enunciados são resultado de um fato singular, possuindo na sua *enunciação* um *enunciador*, um *destinatário*, um *momento* e um *lugar* particulares. Maingueneau diz que “um ato de enunciação é um acontecimento único, realizados em circunstâncias únicas” (Maingueneau, 1996, p. 5,6).

Nos enunciados encontram-se embreantes que, conforme Maingueneau afirma, servem para “articular o enunciado à situação de enunciação” (Maingueneau, 1996, p.8). Assim, as estruturas da sintaxe discursiva, especificamente a debreagem e a embreagem, acomodam no discurso a pessoa que é transformada em discurso quando tematizada e figurada.

Fiorin afirma que a debreagem consiste “em disjuntir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*” e que “como nenhum *eu*, *aqui* ou *agora* inscritos no enunciado são realmente pessoa”, pois são continuamente pressupostos “a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação no enunciado é também uma debreagem” (Fiorin, 1996, p.43). Há dois tipos de debreagem, a enunciativa e a enunciva.

Na debreagem enunciativa, se estabelecem nos enunciados os actantes da enunciação que são o eu/tu, o espaço da enunciação que é o aqui e o tempo da enunciação que é o agora. Já a debreagem enunciva é quando se instala nos enunciados os actantes do enunciado que é o ele, do espaço que é o algures e do tempo que é o então. Fiorin ressalta que “o algures é um ponto instalado no enunciado, da mesma forma, o então é um marco temporal inscrito no enunciado” (Fiorin, 1996, p.44,45).

É fundamental a categoria de pessoa para que a linguagem possa se tornar discurso. Fiorin afirma que “o *eu* existe por oposição ao *tu* e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis *eu/tu*” (Fiorin, 1996, p.41). O eu faz referência a algo linguístico, não a um indivíduo ou a um conceito. Mas as três pessoas no discurso não possuem a mesma organização. A terceira pessoa é dona de uma condição específica. É a terceira pessoa que sempre é utilizada quando não se deseja indicar a pessoa, assim, conforme afirma Fiorin “o *eu* e o *tu* são cada vez únicos, enquanto o *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum” (Fiorin, 1996, p.59).

A questão do dialogismo foi discutida primeiramente por Bakhtin. O fato das palavras de uma pessoa ressoar a voz de outro alguém também foi chamado de polifonia, atraindo, como diz Fiorin, a “atenção para as diferentes instâncias enunciativas instauradas no texto,

para a questão da identidade do sujeito enunciador” (Fiorin, 1996, p. 62).

Todavia é necessário diferenciar o dialogismo da polifonia. Assim, Maingueneau ao se referir ao dialogismo, diz que

mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, de qualquer tipo que seja, pode ser inscrita numa relação essencial com uma outra, a do ou dos discursos em relação aos quais os discursos que ela depende define sua identidade. Com efeito, desde que as articulações são instituídas nessa relação interdiscursiva, toda unidade que se desenvolver de conformidade com elas se achara *ipso facto* na mesma situação. Um enunciado de uma formação discursiva pode então ser lido pelo “direito” ou pelo “avesso”: num lado ele significa sua pertença a seu próprio discurso, no outro, marca a diferença constitutiva que o separa de um ou de vários outros discursos (MAINGUENEAU, apud FIORIN, 1996, p. 62).

A polifonia por sua vez, está no “fato de que várias vozes se apresentam no interior de um discurso”, sendo que as “vozes aparecem objetivadas ou não” (Fiorin, 1996, p.62). Em torno da polifonia, tem-se a discussão da delegação de vozes e a questão da responsabilidade pelos enunciados.

Quando um autor usa um narrador em primeira ou terceira pessoa, acaba se tornando um autor implícito que foi estabelecido pelo texto, sendo dessemelhante do homem real, pois só se tem passagem a pessoa através do que ele anuncia.

Fiorin apresenta o autor implícito sendo nada mais do que “produto (da leitura) do texto” e este autor “provém da leitura da obra toda e não das intervenções explícitas do narrador” e que o autor e leitor reais não pertencem “ao texto, mas ao mundo”, já o autor e leitor implícitos “pertencem ao texto” (Fiorin, 1996, p.63).

O autor implícito pode ter várias definições. Ele poder ser um reflexo que o texto cria para o autor, pode ser uma imagem estabelecida através do inconsciente do autor, pode ser os valores da classe social do autor ou pode ser a aparência real do autor, mesmo que ele não tenha consenso disto e também o autor implícito pode ser um fingimento proposital diferente da real. Porém, de acordo com Fiorin, “o autor real é inapreensível e, por conseguinte, só o autor implícito pertence ao campo da teoria da enunciação” (Fiorin, 1996, p.65).

Fiorin afirma que é o texto que “constrói um tipo de leitor chamado a participar de seus valores. Assim, ele intervém indiretamente como filtro e produtor do texto” (Fiorin, 1996, p.64).

Na enunciação há como actantes o enunciador e o enunciatário, sendo que observa Fiorin, o primeiro “é o destinador implícito da enunciação” e o “enunciatário é o destinatário

implícito da enunciação” e “é também sujeito produtor de discurso” (Fiorin, 199, p.65). Na enunciação encontra-se o destinador e o destinatário que são actantes da enunciação enunciada, narrador e narratário. A enunciação enunciada é o grupo de marcas que podem ser identificadas no texto, visto que remetem à enunciação.

Como geradores de enunciados encontram-se o enunciador, o narrador e o interlocutor. Porém, ao se produzir um enunciado, Fiorin diz que há de se atentar para o fato de que “podem-se incorporar contratual ou polemicamente enunciados de outrem”, tendo assim enunciados “que incorporam diferentes responsáveis pela enunciação” (Fiorin, 1996, p.69). O autor chama quem cria a enunciação de *locutor* e a instância a que se dirige de *alocutário*. A partir disto, Fiorin define narrador e interlocutor como

instâncias que tomam a palavra, que falam, que dizem *eu*. Locutor é a voz de outrem que ressoa num enunciado de um narrador ou de um interlocutor. Assim, o locutor é a fonte enunciativa responsável por um dado enunciado incorporado no enunciado de outrem. Desta forma, o que será considerado locutor num dado nível foi narrador ou interlocutor noutro. Veja-se, por exemplo, o caso do discurso indireto. Nele, há um enunciado de um narrador e um enunciado de um locutor, ambos ditos pelo primeiro. Esse locutor foi, num dado momento, narrador ou interlocutor (FIORIN, 1996, p.70).

Fiorin também afirma que é necessário entender o significado de locutor, para que “no caso de retomada das palavras alheias, não atribuamos a alguém a responsabilidade por uma enunciação completamente em desacordo com suas posições enunciadas” (Fiorin, 1996, p.71).

As palavras entre aspas são um caso interessante, pois não ocorre mudança no que está se citando do que foi realmente citado. Assim, quem reporta o que está entre as aspas não é o titular, mas sim o locutor que as disse. Desta forma, Maingueneau diz que

pondo em causa o carácter inteiramente apropriado da palavra, as aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre si e seu “exterior”; um discurso só pode, com efeito, manter a distância o que ele estabelece como fora de seu próprio espaço. Uma formação discursiva estabelece-se entre esses dois limites que seriam um discurso totalmente aspeado, que nada toma sob sua responsabilidade, e um discurso sem aspas, que pretenderia não ter relação com o exterior. Pôr aspas não é dizer explicitamente que se mantém a distância certos termos, é mantê-los a distância, executar esse ato fazendo como se fosse legítimo fazê-lo (MAINGUENEAU, apud FIORIN, 1996, p 71).

Fiorin menciona o discurso reportado dizendo que ele “é a citação, pelo narrador, do discurso de outrem e não apenas de palavras ou sintagmas” e que “é a inclusão de uma enunciação em outra” (Fiorin, 1996, p.72). Assim, ao fazer citações os escritores sempre

fazem uso do discurso direto, do discurso indireto ou do discurso indireto livre.

O discurso direto ocorre quando o narrador delega voz a outra pessoa no discurso. Ele, conforme Maingueneau diz, “não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula *restituir as falas citadas*” e também dissocia “claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado”. (Maingueneau, 2002, p.140).

Com isto, Fiorin observa que o discurso direto

em geral, cria um efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor. Tanto esse fato é verdadeiro que, quando se narra em discurso direto, o que se pergunta ao narrador é se o interlocutor usou aquelas palavras mesmo. Quando se faz essa pergunta, já se pressupõe que se acolhe como verdade o que o narrador contou delegando voz a um interlocutor. O que se quer é apenas verificar o teor exato do texto dito. Observe-se que dissemos que o discurso direto tem a finalidade de criar efeitos de sentido de realidade e não a de ser real (FIORIN, 1996, p.74).

Maingueneau, como Fiorin, acerca do discurso direto, menciona que algumas vezes ele mostra “a exata reprodução das palavras de enunciador citado”, mas que ele “*não relata necessariamente falas pronunciadas efetivamente*; pode-se tratar de uma enunciação sonhada, de uma enunciação futura, ordenada etc” (Maingueneau, 2002, p. 140,141, destaque do autor).

No discurso direto encontra-se o narrador e o interlocutor, sendo tratados por Fiorin como *duas instâncias enunciativas*. Desta maneira, a enunciação é formada com a ajuda do narrador. Conforme Fiorin, “as aspas ou os dois pontos e o travessão marcam a fronteira entre as duas situações de enunciação distinta” (1996, p.73).

Ainda que o discurso direto exponha falas que são tidas como discorridas verdadeiramente, ele nada está fazendo além de teatralizar para criar um efeito de realidade, como lembra Maingueneau “eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador” e, assim, o discurso direto caracteriza-se, como o autor atenta para o “fato de supostamente indicar as *próprias palavras* do enunciador citado: diz-se que ele **faz menção de tais palavras**” (Maingueneau, 2002, p.141, destaque do autor).

Contudo, mesmo que faça um relato o mais fiel possível, sempre será apenas uma parte do texto que foi sujeitado ao enunciador no discurso citante, que é dono de variados elementos que servem para produzir aspectos pessoais.

É necessário observar no discurso direto escrito o uso “dos dois pontos e o travessão, ou os dois travessões, ou as aspas” conforme observa Fiorin, pois são eles que “marcam a

fronteira entre discurso citante e citado” (Fiorin, 1996, p.77). Já quando se trata da oralidade, segundo relata o mesmo autor, ocorre “uma pausa entre o discurso citante e o citado, e de um para o outro há uma alteração na elocução” sendo que essas características estão ligadas “a um verbo introdutor, que pode vir anteposto, posposto ou em inciso em relação à fala do interlocutor” (Fiorin, 1996, p.78).

Estes verbos que são utilizados para introduzir o discurso direto são chamados de *dicendi* ou *ilocucionais*. Segundo Fiorin, eles “indicam o ato de enunciar” e “dão informação sobre o ato de dizer” (Fiorin, 1996, p.79).

Maingueneau adverte que muitos destes verbos introdutórios “não designam realmente um ato de fala” e também não “precisam ser transitivos” sendo que desta maneira eles “podem servir de introdutórios de discurso direto, verbos ou locuções verbais como acusar, esbravejar, condenar, espantar-se, indignar-se (...)” (Maingueneau, 2002, p.144).

Além disso, os verbos *dicendi* são capazes de mostrar certo envolvimento do escritor com a afirmação citada. Fiorin mostra em relação a esses verbos que é possível

dizer que duas classes de informações são veiculadas por um *verbum dicendi* (excetuando o verbo *dizer*, que é neutro em relação a elas): há os que têm um valor descritivo (por exemplo *responder, concluir*) e há os que são avaliativos. Estes dividem-se em duas subclasses: os que implicam um julgamento (bom/mau) atribuído ao enunciador do discurso citado (interlocutor no discurso direto e locutor no discurso indireto); os que implicam um julgamento atribuído ao narrador (bom/mau; verdadeiro/falso) (FIORIN, 1996, p.79).

Já o discurso direto, conforme Fiorin relata, “está subordinado à enunciação do discurso citante” e o enunciador é que “dá sua versão do plano de expressão ou do plano de conteúdo do discurso de um locutor” (Fiorin, 1996, p.74).

No discurso indireto há apenas a subjetividade do narrador. Ele procura abreviar o que foi falado alterando a expressão, visto que sua vontade é mostrar sua versão da fala do falante.

Ao usar o discurso indireto, Maingueneau diz que o “enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento*” (Maingueneau, 2002, p.149).

Desta forma, Maingueneau afirma que

enquanto o discurso direto supostamente repete as palavras de um outro ato de enunciação e dissocia dois sistemas enunciativos, o discurso indireto só é discurso citado por seu sentido, constituindo uma tradução da enunciação citada. (...) Como o discurso indireto não reproduz um significante, mas dá

um equivalente semântico integrado à enunciação citante, ele apenas implica um único “locutor”, o qual se encarrega do conjunto da enunciação (MAINGUENEAU, 1996, p. 108, 109).

Como no discurso indireto não existe uma debreagem interna, Fiorin afirma que isto “significa que o discurso citado está subordinado à enunciação do discurso citante” e que “há uma fonte enunciativa que não diz *eu* (locutor), responsável por parte da enunciação de um *eu*” (Fiorin, 1996, p.75). Desta forma, Fiorin diz que

o discurso indireto analisa o discurso ou o texto de outrem. Serve, quando na variante analisadora de conteúdo, para constituir uma imagem do locutor, pois mostra suas posições ideológicas ou seu modo de ser psicológico (FIORIN, 1996, p.76).

Quanto junta-se o discurso citado com o citante, no que diz respeito às pessoas, conforme Fiorin diz, deve-se observar “se o discurso citado possui um *eu* e/ou em *tu* que não se encontram no discurso citante, eles convertem-se em não-pessoa” e “se o discurso citado usa formas que têm um correspondente no discurso citante” (Fiorin, 1996, p.76,77).

No discurso indireto, tanto no discurso oral como no escrito, a única forma para o discurso citado se dá através do verbo introdutor e o discurso citado, Fiorin ressalta “aparece sempre como oração subordinada substantiva objetiva direta”(Fiorin, 1996, p.78).

Como acontece com o discurso direto, Maingueneau diz que “a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado” (Maingueneau, 2000, p. 150). Assim, o mesmo autor afirma que

a escolha do verbo introdutor no discurso indireto tem portanto consequências importantes na maneira pela qual o leitor vai interpretar a citação; a ação do verbo passa despercebida quanto maior for a eficácia da orientação do verbo (MAINGUENEAU, 1996, p.113).

Mas, conforme Fiorin ressalta é necessário observar que no final sempre será “o narrador quem traduz os propósitos do locutor”, ou seja, será ele que dará “ao enunciador do discurso citado uma intenção” (Fiorin, 1996, p.79).

Não há dúvidas de que quando um discurso está entre aspas ele é um discurso reportado, assim Fiorin diz que se tal texto

for lido em voz alta, o enunciatário não poderá fazer distinção entre o discurso citante e o citado, pois não há nele nenhuma marca, como no discurso direto ou no indireto. No resumo, com citação, pode parecer que o narrador cita o outro por cuidado de objetividade. No entanto, é preciso notar que a escolha das citações e sua colocação num dado contexto revelam o ponto de vista do narrador (FIORIN, 1996, p.81).

Além do uso das pessoas, outra categoria tomada como parte da linguagem é o tempo. Ele é essencial à narração e se revela de formas diferentes em cada língua. Conforme Fiorin, “o discurso instaura um *agora*, cria-se um *então*” desta forma “esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua” e “o tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento de narração” (1996, p.142).

Porém, esse agora sempre que é enunciado acaba sendo reinventado, criando-se um tempo novo. Assim, a linha determinadora do tempo é sempre o período da enunciação. É o eu quem domina a palavra no tempo agora. Desta forma, Fiorin lembra que “a temporalidade do enunciador é aceita como sua pelo enunciatário”. Logo, “o *agora* do enunciador é o *agora* do enunciatário” (1996, p.143).

Nos textos, o tempo diz respeito à sucessividade que ocorre entre os estados e transformações que acontecem nele. Seu progresso é estabelecido, apontando assim quais são anteriores e posteriores. Diante desta situação nota-se, conforme observa Fiorin, que existe “um sistema temporal linguístico ordenado em relação a marcos temporais instalados no texto, bem como um sistema temporal organizado em função do presente implícito da enunciação” (Fiorin, 1996, p. 144). Desta forma, Fiorin atenta para o fato de que

com efeito, dependendo do marco temporal a que estiver referida, uma relação de anterioridade pode ser expressa em português pelo pretérito perfeito, pelo pretérito-mais-que-perfeito ou pelo futuro anterior¹ (FIORIN, 1996, p.145).

Na língua, é possível encontrar dois sistemas temporais: um que está ligado ao período da enunciação e o outro disposto em função de tempos de referência que se encontram estabelecidos no enunciado. Assim, Fiorin diz que “o momento dos acontecimentos (estados e transformações) é ordenado em relação aos diferentes momentos de referência” (Fiorin, 1996, p. 146).

O presente é composto por momentos que recém aconteceram e que ainda estão por chegar. Desta maneira, Fiorin afirma que o que sempre acontece “é uma coincidência entre o

momento do acontecimento e o momento de referência” (Fiorin, 1996, p.149). O mesmo autor diz que se usa o presente “para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais”. Por este motivo “é a forma verbal mais utilizada pela ciência, pela religião, pela sabedoria popular” (Fiorin, 1996, p.151).

Logo, os advérbios *hoje*, *ontem* e *amanhã* podem ser entendidos como presente, passado e futuro.

Já as locuções adverbiais como *um dia* e *uma vez* tem seu tempo sem uma determinação específica. Há também locuções adverbiais que indicam uma progressão no enunciado, como *pouco a pouco*, *aos poucos*, *progressivamente*. Porém, mesmo que os advérbios de tempo sejam utilizados para demarcar a sequência dos fatos nas narrações, existem alguns que têm seu uso exclusivo para mostrar a série dos estados e mudanças como *nesse meio tempo*, *aí então*, *antes*, *mais cedo*, *depois*, *após* etc. Assim, esses advérbios especiais definem a ordem das funções da narração.

O uso de preposições como *antes de* e *anteriormente* têm a função de marcar a anterioridade. Já as preposições *após*, *depois de* e *em seguida* são usadas para marcar a posterioridade. Há algumas preposições que sinalizam o início de um processo e que ele permanece no tempo: *desde*, *a partir de* e há as que marcam sua duração e/ou fim: *até*. Assim, as preposições podem assinalar o início e o fim de uma etapa.

Também, para marcar o tempo pode-se usar conjunções. Elas seguem basicamente o mesmo sentido que as preposições, dispondo-se na categoria tipológica anterioridade e posterioridade. A conjunção *sempre* mostra um perfil pontual. As conjunções: *cada vez que*, *todas as vezes que*, *sempre que*, demonstram interatividade. Já a preposição *antes que* determina anterioridade e *depois que*, *apenas* e *mal* expressão a posterioridade.

Ao analisar o tempo no discurso direto atenta-se para o fato de que nele há dois atos de enunciação enunciados. Assim, acontecem dois momentos diferentes, que se estabelecem conforme a ocasião de referência a que remetem. Porém, quando o discurso direto é passado para o indireto, podem ocorrer mudanças nas marcas de tempo, visto que, algumas vezes, é necessária a mudança do sistema enunciativo para o enuncivo. Assim, Fiorin ressalta que os tempos no indicativo

¹ É empregado para marcar uma anterioridade em relação ao futuro ou a um imperativo.

são usados, seja nas orações principais, seja nas subordinadas, para exprimir a concomitância ou não-concomitância (anterioridade ou posterioridade), quer em relação ao momento da enunciação, quer em relação a um marco temporal pretérito ou futuro colocado no enunciado. Então, o tempo deve ser compatível com o momento de referência (FIORIN, 1996, p.184).

Com isso, é possível dizer que ocorre um processo genérico nos tempos do indicativo no que diz respeito aos momentos de referência. Porém, Fiorin menciona que quando se trata do subjuntivo, este “depende do verbo da oração principal, deve ele compatibilizar-se com este”, existindo, assim, “uma concordância de tempos” (Fiorin, 1996, p.184).

Quando o verbo da oração principal encontrar-se no presente do indicativo, será necessário perceber que um advérbio temporal é que estará correlacionado a ele, e não o verbo da oração subordinada.

Geralmente, quando um verbo se encontra no pretérito imperfeito e pretérito-mais-que-perfeito do subjuntivo, são alterados pelos tempos correspondentes do indicativo para produzir um efeito de que a suposição é verdadeira. Também estes dois pretéritos do indicativo podem substituir o futuro de presente simples e o composto, ambos do indicativo, para gerar um efeito de sentido, de acordo com Fiorin, onde “a consequência é inevitável, se uma dada condição for preenchida” (Fiorin, 1996, p.190).

É a debreagem que gera a enunciação enunciada, e conforme Fiorin, os tempos presentes no enunciado

simulam os tempos da enunciação, ou um enunciado enunciado, em que se tem a ilusão de estar diante da temporalidade dos acontecimentos. Tem-se a impressão de estar sempre em presença de uma temporalidade não-linguística: tempo do ato de dizer, no primeiro caso; tempo dos eventos, no segundo. (...) Passa-se a ilusão enunciativa da naturalidade dos tempos do dizer e do dito, da quimera de que o tempo linguístico é o tempo do mundo para a certeza de que o tempo é efeito de sentido produzido na e pela enunciação” (FIORIN, 1996, p. 191).

Em alguns casos, usa-se o futuro do presente para gerar um efeito de sentido de suposição para atenuar a certeza, deixando transparecer a dúvida, criando, desta forma, distanciamento sobre o que se alega.

Também é feito o uso do futuro do pretérito a fim de gerar um efeito de dúvida, sendo marcado como uma suposição, assim o narrador mostra que o acontecimento não possui comprovação, precisando assim, de uma confirmação.

Quando se usa o pretérito-mais-que-perfeito, remete-se para um efeito de que uma ação futura será inevitável, pois o que está sendo feito é tido como finalizado. Já o pretérito

perfeito quando é usado para fazer ligação como o presente, acaba mostrando que o fato já aconteceu anteriormente. O uso do pretérito imperfeito com circunstâncias que estão no presente mostra que o enunciador coloca-se no posto do enunciatário, permitindo um distanciamento do fato que está acontecendo.

Ao usar-se o presente com fatos passados, cria-se um drama na enunciação e assim, prende-se o leitor.

Segundo Fiorin, “o sistema de tempos organiza-se na língua de maneira absolutamente simétrica”, mas como acontece com as pessoas, nos discursos pode-se embaralhar essa ordem “para criar efeitos de sentido” (Fiorin, 1996, p.226).

Fiorin chama a atenção para o fato que a narração sempre tem seu tempo no presente, pois é quando se fala. Mas tem-se o pretérito como “tempo por excelência do narrado”, pois o narrador tem a possibilidade de “criar uma narração em que haja concomitância entre tempo da narração e do narrado” e também tem-se uma “narrativa profética, em que o tempo narrado é visto como posterior ao da narração” (Fiorin, 1996, p.233). Assim sendo, Fiorin afirma que para cada momento de referência

há uma concomitância, uma anterioridade e uma posterioridade, os tempos da enunciação, caso essa instância seja narrativizada, são o presente, o pretérito perfeito 1 e o futuro do presente. Já os tempos da enunciação são: o presente, o pretérito perfeito 1 e o futuro do presente, nas narrativas em que há concomitância entre narração e narrado: pretérito perfeito 2², pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do pretérito, nas narrativas em que a narração é posterior ao narrado; presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro, nas narrativas em que a narração é anterior ao narrado (FIORIN, 1996, p.233,234).

Por fim, acerca do tempo, Fiorin diz

se a narrativa é um simulacro da ação do homem no mundo, sua temporalidade é uma simulação da experiência do tempo, que se constitui a partir do momento em que o *eu* toma a palavra, em que o presente é o transcurso, o passado é a memória e o futuro é a espera. A fugacidade do tempo é o fulcro da narratividade e da experiência vivida (Fiorin, 1996, p.248).

Além das pessoas e dos tempos, também é possível encontrar o espaço nos enunciados. Fiorin classifica o espaço como “um objeto construído a partir da introdução de uma descontinuidade numa continuidade” e “as relações espaciais são simétricas e reversíveis em função do ponto em que se organiza o espaço”. Logo, “o espaço é pluridimensional”

(Fiorin, 1996, p.262).

Cada vez que alguém lê, o espaço é recriado, torna-se novo. Ao tratar do espaço linguístico, Fiorin diz que

o espaço linguístico é o do *eu*, mas, quando falo, meu interlocutor aceita-o como seu. Quando ele se transforma em enunciador, sua espacialidade converte-se na minha. Isso é condição de inteligibilidade da linguagem (Fiorin, 1996, p.263).

O espaço linguístico tem suas demarcações e limites específicos. Para identificar onde é o aqui, e necessário ter, como afirma Fiorin, conhecimento de “onde se dá a enunciação”, visto que isolado o aqui “não remete a nenhuma posição do espaço tópico e subsume-as todas” (Fiorin, 1996, p.263). Assim, Fiorin diz que

quando a situação enunciativa não é partilhada, é necessário especificar, com uma posição do espaço tópico, o lugar da enunciação, como se faz, por exemplo, nas cartas, em que se indica o lugar de onde se escreve (FIORIN, 1996, p. 263).

A língua faz uso de uma ordem espacial para poder determinar uma certa posição no espaço. Fiorin observa o fato “de que o conceito de debreagem só se aplica ao espaço linguístico e não a seu especificador”, desta forma cria-se a debreagem enunciativa “quando o ponto de referência for o espaço do enunciador”. Já a debreagem enunciativa acontece a partir do momento que se tem “algures/alhures, figurativizado ou não, instalado no enunciado” (Fiorin, 1996, p.265).

Fiorin afirma que o espaço linguístico “é expresso pelos demonstrativos e por certos advérbios de lugar” (Fiorin, 1996, p.265). Logo, o autor diz que

o *pronome demonstrativo* atualiza um ser do discurso, situando-o no espaço. Segundo inúmeros linguistas, essa classe de palavras tem duas funções distintas: uma de designar ou mostrar (dêitica) e uma de lembrar (anafórica). A primeira função é muito importante, pois da mesma forma como não se pode discursivizar sem temporalizar, também não se pode falar do mundo sem singularizar os seres a que nos referimos. (...) A função anafórica, por seu lado, ao retomar (relembrar) o que fora dito é um dos mecanismos de coesão textual (FIORIN, 1996, p. 266).

² Modo indicativo.

Tais funções também cabem aos demonstrativos. A eles cabe indicar seres singulares que se encontram disponíveis aos actantes da enunciação, tanto na cena enunciativa, como no contexto.

Fiorin lembra que o português juntamente com o espanhol possui um “sistema tricotômico de demonstrativos”. Assim, quando este sistema está atuando na função dêitica “*este* e *esse* indicam o espaço da cena enunciativa e *aquela*, o que está fora dela”. Ao se utilizar o *este*, marca-se “o espaço do enunciador, isto é, o que está próximo do *eu*” e o uso do *esse*, diz respeito ao “espaço do enunciatário, ou seja, o que está perto do *tu*” (Fiorin, 1996, p.266).

Porém, no português moderno o sistema tricotômico está mudando para um dicômico, no qual o *esse/este* remete a proximidade dos actantes da enunciação e o *aquela* remete ao distanciamento desses actantes.

No português existem vários demonstrativos que são neutros, como o *isto*, *isso*, *aquilo* os quais sempre fazem referência a coisas.

Ao se usar os advérbios de lugar *aqui* e *aí*, nota-se que eles assinalam o espaço que há na cena enunciativa, e conforme Fiorin, “este assinala o espaço do *eu*, e aquele, o do *tu*; *ali* indica o espaço fora da cena enunciativa” (Fiorin, 1996, p.269).

Já o uso do advérbio *cá* sinaliza o campo da enunciação e o uso do *lá*, indica o espaço exterior do ambiente da cena enunciativa. Fiorin lembra também que

os advérbios enuncivos são *algures*, *alhures*, *nenhures*, que, moderadamente, são preferencialmente expressos pelos adjuntos adverbiais em *algum lugar*, *em outro lugar*, *em nenhum lugar*. Também são enuncivos *aí*, *ali*, *lá* ou *naquele lugar*, quando, em função anafórica, retomam um espaço inscrito no enunciado (FIORIN, 1996, p.270).

Conforme a visão do sujeito observador, as posições se darão por determinados advérbios e preposições. Existe a visão concentrativa que está relacionada a uma circunstância que combina com um lugar que é tido como um ponto. No português, ele se manifesta pela preposição *em*. Existe também a visão extensiva que tem seu espaço a partir da bi ou tridimensionalidade. Além destas, há também a visão de orientação horizontal, a visão de orientação vertical, a visão de proximidade/afastamento e a visão de transposição de espaço.

É possível fazer uma mudança de tempo do discurso direto para o discurso indireto, porém algumas vezes é necessário alterar os dêiticos. Fiorin afirma que quando “as cenas enunciativas da narração e da interlocução” tiverem seu espaço igual “não há nada a mudar;

os dêiticos espaciais se mantêm”. Porém, quando são “distintas, do ponto de vista espacial, os dêiticos de espaço devem sofrer transformações” (Fiorin, 1996, p.283, 284).

Fiorin ressalta que da mesma maneira que o tempo, o espaço

desdobra-se no texto num espaço da enunciação, ou da narração, e num espaço do enunciado, ou do narrado. O primeiro é o espaço onde se dá a narração e o segundo, onde ocorrem esses fatos narrados (FIORIN, 1996, p.290).

Mesmo que o tempo tenha que aparecer obrigatoriamente no discurso, o espaço não, pois, conforme Fiorin observa, “ao menos do ponto de vista da manifestação linguística, o espaço está no tempo” (Fiorin, 1996, p.296).

4 ANÁLISE

Neste capítulo, serão analisados trechos de algumas notícias de caráter jornalístico. Essas reportagens foram retiradas da internet, do site www.noticiasbizarras.com.br. O site em questão veicula notícias de âmbito mundial e que são consideradas incomuns na sociedade. Foram selecionadas matérias relativas a variados assuntos e veiculadas em diferentes anos: de 2009 a 2012.

A opção por este estilo de texto ocorreu devido ao fato de que, para escrever uma reportagem, os jornalistas sempre buscam mostrar que sua história é baseada em um fato real. Assim, para trazer veracidade ao texto, os repórteres procuram sempre utilizar o discurso do outro. Esse discurso será inserido no texto através do discurso reportado, que poderá ser o discurso direto ou o discurso indireto.

Assim, em cada trecho buscou-se analisar a utilização do discurso direto e do discurso indireto, dentre outros aspectos, especialmente para tentar verificar o quanto o enunciador mostrava envolvimento com a notícia e deixava transparecer sua opinião.

Também foram observados os tempos verbais que foram utilizados e, a partir disso, qual efeito criado com a escolha dos verbos em determinados tempos.

Nos trechos, buscou-se verificar, especialmente, a utilização da modalização em discurso segundo, sendo que esta é uma forma que os jornalistas buscam para salientar que estão utilizando outro discurso para escrever, consistindo em uma forma de mostrar que existe um outro discurso no texto.

Em cada uma das notícias será destacada a preocupação do enunciador, quando relata um discurso, em mostrar para o leitor que não pertencem a ele determinadas palavras, mas sim a outra pessoa e que o enunciador sempre busca mostrar seu distanciamento com o que escreve e tenta se manter neutro.

Notícia 1

[...]

Ao perceber que Tunjic não esboçava reação à punição, ou sequer se levantava do gramado, o árbitro enfim notou que o zagueiro estava de fato com problemas e chamou o atendimento médico. Ao chegar ao hospital, porém, o jogador já estava morto.

“Os médicos fizeram de tudo para salvá-lo, mas não havia mais nada a ser feito”, disse o porta-voz do clube. “Ele simplesmente caiu morto”. Segundo os dirigentes do Mladost, Tunjic não tinha histórico de problemas cardíacos. O jogador também trabalhava em uma loja. (Fragmento extraído do texto “Jogador cai morto em campo – E leva amarelo por simulação”, disponível no site *noticiabizarras.com.br*, 06/05/2010).

Nesta notícia, o repórter, ao utilizar a expressão “enfim notou” deixa transparecer um certo julgamento negativo contra o árbitro por seu engano e por sua demora em entender o que de fato havia acontecido com o jogador. Mas, com o uso do verbo dicendi neutro “dizer”, este julgamento é atenuado, visto que explicita que mesmo que o árbitro tivesse percebido logo, não poderia ter feito nada - “Ele simplesmente caiu morto”.

O repórter, ao utilizar, as aspas cria o efeito de que o que está escrito entre as aspas seria exatamente o que o porta-voz do clube falou, sem alteração nas palavras. O responsável por tais palavras seria o locutor, porta-voz do clube, pois o repórter apenas estaria reportando o que realmente foi dito. As aspas marcam o uso do discurso direto pelo repórter, não o tornando responsável por aquelas palavras.

Nesta reportagem, é possível observar, também, o uso do discurso indireto quando o repórter faz uso da preposição “segundo”. Esta é uma forma de usar o discurso de outra pessoa de uma forma mais simplificada e discreta, conforme Maingueneau relata em seus estudos, observa-se a modalização em discurso segundo. Aqui, o enunciador aponta que não é o responsável pelo enunciado, pois ao usar “segundo” mostra que seu discurso está sustentando-se a partir de outro discurso.

Notícia 2

[...]

Mais de 240 km depois de Minneapolis os pilotos perceberam o esquecimento. Eles restabeleceram o contato com a torre de controle e o avião fez um giro de 180 graus para pousar sem problemas.

“Os pilotos explicaram que estavam em meio a uma discussão acalorada sobre o futuro da companhia e se distraíram”, afirma um comunicado da NTSB. (Fragmento extraído do texto “Pilotos discutem em pleno vôo e esquecem de pousar avião”, disponível no site noticiasbizarras.com.br, 23/10/2009).

Na reportagem, o uso do discurso direto atua como uma forma de afirmação do fato, gerando efeito de verdade. Também indica que o repórter não adota tal discurso, assim ficando isento da responsabilidade pelo que foi pronunciado. Não há uma pessoa em específico a quem se aplique tal discurso, sendo ele atribuído a uma instituição, a NTSB, mostrando que o jornalista não inventou tal fala, que tal discurso não é de sua responsabilidade, mas que alguém o proferiu. Neste caso, o uso da NTSB (National Transportation Safety Board - Conselho Nacional de Segurança no Transporte) ressalta o valor da citação devido a sua importância na área dos meios de transporte.

Ao usar o verbo *afirmar*, no final do discurso para indicar o pronunciamento da NTSB, o repórter deixa transparecer sua opinião sobre o discurso, como sendo verdadeira a explicação oferecida. Assim, deve-se observar que conforme as citações selecionadas e o lugar onde são postas, tais detalhes ajudam a mostrar qual é o julgamento do narrador.

O enunciador tem o cuidado de colocar como discurso direto, atribuído a NTSB, o “esquecimento” dos pilotos. Se essa fala tivesse sido dita pelo enunciador, soaria como um certo deboche, porque seria inacreditável. Assim, percebe-se a importância de colocar como fala do outro, atribuindo autoria a outrem.

Notícia 3

[...]

Danielle e Jeff Smith usaram a foto em um cartão de Natal e colocaram a imagem em sua página no site de relacionamentos.

Mas para sua surpresa, um velho amigo de Danielle que mora na cidade enviou uma mensagem algumas semanas atrás, dizendo que tinha visto a foto da família dela num outdoor publicitário, no centro de Praga.

“Em princípio, não acreditei”, disse Danielle à rede de TV americana Fox. “Então meu amigo voltou ao local e bateu uma foto do outdoor para provar.”

O outdoor trazia um anúncio de uma loja de alimentos especializada em produtos italianos. A foto estava sendo usada para anunciar o serviço de entregas da loja.

O dono da loja alegou que a imagem tinha sido gerada por computador, mas prometeu tirar a foto do cartaz. (Fragmento retirado do texto “Cuidado ao colocar fotos pessoais na internet”, disponível no site *noticiasbizarras.com.br*, 24/11/09).

Nesta notícia, ao utilizar os nomes do casal, cria-se um efeito de realidade maior.

O jornalista, ao empregar a expressão *mas para sua surpresa*, evidencia que os donos da foto não imaginavam que esse fato poderia ocorrer quando disponibilizaram a foto no site de relacionamento.

Quando o repórter utiliza o adjetivo *velho* para caracterizar o amigo da mulher, deixa claro que não é um amigo qualquer, mas sim um amigo de longa data com quem ela mantém contato. Ao usar as palavras *algumas semanas atrás*, informa o leitor de que já fazia algum tempo que o casal sabia do fato em torno da fotografia.

Há uma informação espacial de onde foi encontrada a foto da família num outdoor: *no centro de Praga*. Desta forma, o repórter deixa as pessoas inteiradas de qual cidade a foto saiu e em que lugar foi parar.

Ao usar a fala da mulher em discurso direto, além de destacar que aquela fala não é de sua responsabilidade, também de acordo com Maingueneau, ocorre uma simulação de que aquelas seriam exatamente as mesmas palavras que ela discorreu, gerando um efeito de realidade maior na notícia. Atenta-se para o fato do jornalista mostrar que a fala foi da mulher, empregando o verbo discendi *disse*, mostrando sua neutralidade em torno do discurso.

O repórter informa que não foi para ele que a mulher deu tais informações, mas que ele retirou do canal citado: *rede de TV americana Fox*. É alguém que diz para outro, que não é o enunciador. Em suma, há um distanciamento ainda maior, afinal, nem foi falado para o repórter, diretamente.

O jornalista, ao informar para que tipo de loja a foto foi utilizada, emprega o adjetivo *especializada*, demonstrando que não é qualquer loja, mas sim uma loja conhecida. Além disso, ao se observar o lugar onde o outdoor estava exposto, *centro*, conclui-se que é uma loja famosa e importante.

Ao reproduzir a fala do dono da loja, é feito uso do discurso indireto, mas o jornalista deixa claro que aquela fala não é sua, pois emprega o verbo *alegou*, fazendo referência ao dono, mostrando assim, que se apoiou no discurso do outro para escrever o enunciado. O verbo *alegou* utilizado pelo repórter para indicar a fala do dono da loja mostra seu julgamento quando à explicação, de que aquela justificativa foi fornecida por ele, não se tendo certeza de sua veracidade.

No final do último parágrafo, ao concluir o enunciado do dono da loja, o repórter usa a conjunção *mas* que apresenta uma oposição em relação ao que vinha sendo dito. Assim, a informação de que a foto seria retirada é colocada como superior à de que tinha sido gerada por computador. E ao empregar o verbo *prometeu* é deixado transparecer um comprometimento do homem com o leitor a efetivar o que falou.

Notícia 4

[...]

O estudo feito com 216 estudantes universitários mostrou que aqueles que escolhem um caminho egoísta geralmente precisam lutar contra a culpa. De acordo com os psicólogos isso acontece porque desde criança as pessoas aprendem que partilhar significa cuidar, e, se tomarem decisões que visem o próprio interesse sem se importar com os outros, acabam se sentindo mal por priorizar a si mesmo. Dessa maneira, muitas vezes preferem renunciar à felicidade.

“Muitas vezes o que as pessoas realmente querem é agir de forma egoísta. Mas eles não fazem isso, pois sabem que se sentiriam mal — diz o psicólogo Jonathan Berman, que afirma que a chave para a satisfação é sentir que não temos escolha a não ser sermos egoístas. (Fragmento extraído do texto “Pessoas egoístas são mais felizes, aponta estudo”, disponível no site *noticiasbizarras.com.br*, 22/10/12).

Esta reportagem mostra que foi escrita a partir de um *estudo* realizado por psicólogos, que não foi qualquer pessoa, mas sim pessoas com formação e estudo. O repórter informa que esse estudo foi feito com estudantes, e ele tem o cuidado de informar que estes estudantes são *universitários*.

Ao empregar a palavra *aqueles* para se referir aos estudantes que optam pelo egoísmo, deixa transparecer que não são todos os estudantes que escolhem seguir o caminho do egoísmo e ao usar a palavra *geralmente* para descrever o acontece com quem é egoísta, ele deixa claro que não é um fato que acontece sempre.

O repórter no primeiro parágrafo utiliza o discurso indireto. Ao avisar que as informações estão *de acordo com os psicólogos*, ele aponta para o fato de que não foi ele quem disse isso. Mas, deve-se lembrar que, conforme Maingueneau diz, o enunciador possui muitas maneiras de relatar as falas citadas por outros, já que as palavras usadas não são iguais às reais. O enunciador as utiliza de acordo com a vontade de mostrar sua versão. Fiorin também lembra que o discurso indireto é utilizado para analisar a fala de outra pessoa, deixando o discurso citado subordinado ao discurso citante. Logo mostra a posição do jornalista quanto ao que escreve.

Ao empregar a conjunção *se*, ele informa que o fato de se sentirem mal só poderá

acontecer caso eles tomem certas decisões, assim *se* é empregado como uma conjunção condicional.

O repórter ao utilizar a expressão *muitas vezes*, que remete ao fato de que tal situação acontece quase sempre, diferente de sempre, assim sempre há os que são exceção e não seguem a maioria.

Por fim, ele utiliza o discurso direto para transcrever uma fala do psicólogo, deixando claro seu distanciamento em relação às falas escritas e ao usar o verbo discendi *dizer* confirma mais uma vez que não possui nenhum envolvimento com a enunciação e deseja ficar neutro. O jornalista também usa o nome do psicólogo em seu texto, gerando assim um efeito de realidade e verdade.

Em seguida ao discurso direto, ocorre novamente o uso do discurso indireto, mostrando como os jornalistas fazem uso de várias ferramentas em seus textos para criar diferentes efeitos e deixar suas histórias o mais interessantes e verdadeiras possíveis.

Atenta-se para o fato de que quem faz tais afirmações são psicólogos, o autor se sente à vontade para se apropriar da fala deles, ele se sente confiante para reproduzi-las em discurso indireto. Hipoteticamente, caso quem fizesse a afirmação seria outro qualquer, sem formação, talvez o enunciador não fizesse isso.

Notícia 5

[...]

Um dos mais conhecidos bilionários de Hong Kong está oferecendo um prêmio equivalente a R\$ 132 milhões para qualquer homem que consiga seduzir sua filha lésbica e convencê-la a se casar.

O magnata Cecil Chao, de 76 anos, que fez sua fortuna no setor imobiliário e em transportes de carga, prometeu publicamente a recompensa após relatos de que a filha, Gigi Chao, teria formalizado uma união na França com a namorada de longa data.

O bilionário, que nunca foi casado, afirmou à BBC que a filha ainda é solteira e precisa de “um bom marido”. (Fragmento extraído do texto “Bilionário chinês oferece R\$ 132 milhões para homem que seduzir filha lésbica”, disponível no site noticiabizarras.com.br, 27/09/12).

Já no começo da reportagem, o repórter chama atenção do leitor ao informar que se trata de uma das pessoas mais conhecidas de uma determinada cidade e que essa pessoa é bilionária. Também há a referência espacial de onde é este bilionário: *Hong Kong*. Caso não houvesse essa informação, poderia se supor que ele seria um dos milionários mais conhecidos do mundo. A restrição, portanto, é importante.

Ao escrever a palavra *homem* depois do pronome *qualquer*, o repórter informa que não importa idade, tamanho, cor, ou seja, as características não são importantes, mas o que importa é que seja um homem, deixando transparecer certo desespero do bilionário, por não fazer nenhuma outra exigência além de ser homem. Além disso, é oferecida uma alta quantia em dinheiro, enfatizando a aflição do pai em conseguir um marido e que como não sabia mais o que fazer, acabou apelando para uma substancial oferta de dinheiro. Ao final da frase do primeiro parágrafo, é explicado o motivo de tal desespero: *a filha lésbica*.

Para comprovar que essa notícia não foi inventada, o repórter faz uso da informação que a oferta partiu de uma promessa pública do pai. Porém, ao explicar o motivo pelo qual o pai fez a oferta, o repórter se refere ao fato utilizando o verbo *teria*. Sabe-se que quando se emprega um verbo no futuro do pretérito ele fica na condicional, ou seja, nada é confirmado.

O repórter também informa onde que a filha teria se unido à namorada. Já que as uniões homossexuais em Hong Kong não são permitidas, elas teriam ido para a *França*. Também, quando a namorada da filha do milionário é caracterizada como *de longa data*,

entende-se que o namoro entre ambas é sério e que não seria apenas uma aventura.

Ao final da reportagem, o repórter acrescenta a informação de que o pai *nunca foi casado*, deixando transparecer um julgamento: se ele *nunca* foi casado, por que a filha deveria se casar com um homem. Assim, o repórter implicitamente questiona a proposta do homem.

O jornalista usa o verbo *afirmou*, na última linha, para deixar claro ao leitor que o texto que se encontra após o verbo pertence ao milionário, que foi o homem quem deu as informações e que suas informações seriam as verdadeiras.

Observa-se o uso do advérbio *ainda* seguido de um verbo no presente, enfatizando que até aquele momento a filha continuava solteira, portanto a informação de que ela havia oficializado uma união era falsa. Também, ao final da frase, o repórter deixa a expressão “*um bom marido*” entre aspas, mostrando que além daquelas palavras não pertencerem a ele, aquelas palavras não seriam, no contexto, usadas por ele. Ele tenta simular, assim, que aquelas palavras foram realmente ditas pelo pai da moça.

Ao informar ao leitor que o bilionário deu a informação à *BBC*, ele mostra que não foi ele quem entrevistou o homem, mas sim que a reportagem foi fornecida pela rede de televisão citada. Caso o fato se revele falso, futuramente, ele não terá nenhuma responsabilidade, pois estava apenas repassando informações.

Por fim, pode-se observar que durante o texto o jornalista informa o nome do homem que fez a oferta milionária, criando um efeito maior de verdade às informações oferecidas por ele. Também é possível observar que sempre que se refere ao homem, são utilizados adjetivos relacionados a status de grande poder: *milionário*, *magnata* o que constantemente reforça a ideia de riqueza.

Notícia 6

[...]

Sarah Burge, de 50 anos, é dona de um bordel e acredita que sua filha Poppy se diverte muito com as aulas particulares no poste.

“Estou mantendo Poppy saudável e feliz. E se no futuro ela quiser ser uma grande dançarina de pole dance, quem serei eu para impedi-la?”, disse Sarah ao tablóide “The Sun”.

Segundo a mãe, a menina quer ser tão famosa quanto a estrela teen Miley Cyrus.

Quanto às críticas que recebe por ensinar uma dança sensual para a filha de 7 anos, Sarah disse não se importar com o que os outros pensam. A empresária quer que sua Poppy assumo o clube no futuro.

“Muitas pessoas terão uma opinião errada de Poppy, mas eu estarei aqui para protegê-la”, disse a mãe. (Fragmento extraído do texto “Mãe ensina pole dance para filha de 7 anos de idade”, disponível no site *noticiasbizarras.com.br*, 16/06/10).

No início da notícia, encontra-se o nome da mulher, sua idade e o tipo de negócio ao qual se dedica. No momento em que informa o tipo de estabelecimento, o repórter está manipulando seu destinatário, fazendo-o criar uma identidade para a mulher, usando como base os valores da sociedade. Ao informar a sua idade, ele enfatiza o fato de que é uma pessoa madura e que deveria saber, teoricamente, o que faz, distinguindo o certo e o errado.

Quando emprega o verbo *acredita*, atribuindo-o à mulher, aponta para o fato de que é uma crença particular dela sobre o fato de ensinar a filha dançar, não sendo um pronunciamento da filha. Observando ainda o emprego do verbo, constata-se que o jornalista faz uso do discurso indireto, pois quem acredita é a mulher, não ele.

Em seguida, o jornalista usa as aspas para marcar o discurso direto, supostamente repetindo as palavras exatas da mãe. Ao comparar-se o discurso direto com o discurso indireto, com base no que diz Maingueneau, constata-se que o discurso citado depende do discurso citante no discurso indireto. Assim, quando se usa o discurso direto, como na frase usada pelo jornalista, para marcar que é uma pergunta usa-se simplesmente o ponto de interrogação. Já no discurso indireto ele desaparece, sendo dependente da vontade do escritor nos informar que ocorreu uma pergunta, pois é o escritor que define como escrever o discurso indireto e qual verbo introdutor irá utilizar para marcar a ocorrência da fala. Portanto, no

discurso direto, simbolicamente, mantêm-se a autonomia na fala citada, ocorrendo o contrário no discurso indireto.

Nas duas vezes em que utiliza o discurso direto, o jornalista opta pelo uso do verbo *discendi dizer*, pois assim atribui à mulher a responsabilidade pela fala citada. Além de criar um efeito de distanciamento, ele se mantém neutro. O repórter exime-se mais ainda da responsabilidade sobre o discurso quando informa que a mulher conversou com o tabloide *The Sun*.

No texto também ocorre o discurso segundo. Há o uso da preposição *segundo* para introduzir a fala da mulher. Desta forma, o repórter não se compromete com a fala, pois anuncia que usou o discurso dela como base.

No penúltimo parágrafo, devido ao contexto, fica implícito que houve uma pergunta: *Quanto às críticas... Sarah disse*. Como escrito acima, quando o discurso indireto é utilizado, é o escritor quem decide que palavras vai usar, mesmo que ele esteja apoiado na fala de outro, as palavras que vão ser usadas dependem de como o jornalista quer que o leitor veja o texto.

Notícia 7

[...]

Diretores de uma empresa de TV a cabo dos Estados Unidos pediram desculpas depois que a rede transmitiu acidentalmente imagens do canal erótico Playboy TV em dois canais infantis.

O porta-voz da Time Warner Cable (TWC) disse que um “problema técnico” fez com que as imagens do canal fossem transmitidas no lugar errado por duas horas no Estado da Carolina do Norte (sudeste do país) na terça-feira.

A empresa foi informada sobre o erro por pais de crianças que telefonaram para reclamar. “Pior hora e pior canal”. (Fragmento extraído do texto “TV pede desculpas por transmitir Playboy em canal infantil”, disponível no site *noticiasbizarrras.com.br*, 18/03/10).

Na reportagem, ao informar que os diretores *pediram desculpas*, o repórter deixa claro que eles realmente admitiram cometer um erro, mas que ao pedir desculpas estavam tentando consertar a falta cometida a fim de serem perdoados. Também, no primeiro parágrafo é possível encontrar a informação *acidentalmente*, o que remete à ideia de que a falha do canal não teria sido proposital, que amenizaria a sua culpa e, portanto, também a sua punição.

O que agrava a situação deles é o tipo de canal de que transmitiram suas imagens: *canais infantis*. Ao analisar este fator, logo compreende-se o pedido de desculpas por parte do diretores.

Como uma forma de explicação ao fato, o repórter logo inclui ao texto a fala do porta-voz do canal que provou o problema. O discurso é colocado na forma indireta, sendo identificado pelo verbo discendi *disse*, demonstrando aqui, que o jornalista não deseja se envolver com o discurso citado, optando por este verbo que é neutro. Porém, no restante do texto todo, sua posição transparece.

Junto ao discurso, o leitor é informado, então, qual foi o canal que transmitiu as imagens nos canais infantis: *Time Warner Cable*, juntamente no discurso ele usa a referência espacial para informar em qual lugar ocorreu: *Estado da Carolina do Norte*, informando também em que parte do país o estado se encontra: *sudeste do país*. Ele também informa por meio de referências temporais qual dia da semana aconteceu o fato: *terça-feira* e por quanto tempo as imagens foram exibidas: *duas horas*.

Mesmo informando que o discurso não pertence a ele, o repórter opta por colocar as

palavras “*problema técnico*” entre aspas, mostrando o distanciamento que toma em relação à aquele discurso. Caso se comprove, numa eventualidade, não ter havido o problema citado, o jornalista está livre do julgamento dos leitores, pois atribuiu totalmente aquela explicação ao porta-voz do canal. Também cabe destacar, que a explicação do porta-voz parece ser insuficiente para o caso, haja vista a gravidade da situação e, ao colocar a fala do porta-voz entre aspas, o repórter marca que essa explicação dele é simples assim, não tendo sido simplificada por ele, o repórter.

Ao escrever que foram os pais que avisaram o que estava sendo exibido nos canais infantis, o jornalista deixa transparecer que quem controlava o que era exibido naquele momento não havia percebido o erro.

O repórter, ao colocar entre aspas a fala “*Pior hora e pior canal*”, remete a uma fala possivelmente dos pais que reclamaram. Mesmo não havendo nenhum verbo introdutor que indique quem falou, o contexto, por si só, permite chegar a esta conclusão. E ao transcrever exatamente esta fala, fica implícito o quanto os pais estariam indignados, pois um canal é totalmente o oposto do outro e ao se ler *pior hora*, conclui-se que as imagens passaram exatamente na hora em que as crianças mais assistem os canais infantis. Além disso, deve-se observar o impacto que a frase curta costuma causar no interlocutor. Assim, a seleção justamente desse fragmento não parece ter sido aleatória.

Notícia 8

[...]

Enfim, quem tem dinheiro também tem o direito de fazer com ele o que bem entender. Vejam o exemplo da britânica Janet Cunliffe. Ela gastou aproximadamente de R\$ 28 mil para ficar literalmente parecida com sua filha, 22 anos mais jovem que ela.

Algumas pessoas enxergam as mudanças com bons olhos e apoiam a decisão dela preocupar-se com a estética, outros afirmam que Janet está caminhando contra às leis da Mãe Natureza. Mas Janet não está nem aí: “Parece imbecil que eu queira parecer com minha filha, mas ela é linda. Quem não gostaria de parecer com ela?” declarou a repaginada mãe ao diário Daily Mail. (Fragmento extraído do texto “Com dinheiro mãe fica melhor que a filha”, disponível no site *noticiasbizarras.com*, 18/04/09).

Ao empregar o advérbio *enfim* já no começo da matéria, cria-se um efeito de conclusão já no início do texto, de que o dono do dinheiro faz o que desejar com ele e ninguém tem o direito de querer interferir na decisão da pessoa. É possível chegar a essa conclusão também a partir do uso advérbio *também*, que remete ao fato de que as pessoas não devem fazer só o que convém, mas podem satisfazer seus desejos se possuem dinheiro.

Quando informa o valor que a mulher gastou, o repórter utiliza um número arredondado, o que cria um efeito de maior valor, como quando se emprega o termo meio milhão em vez de quinhentos mil.

Ao utilizar o adjetivo *literalmente* para descrever a aparência que obteve, é possível afirmar que o dinheiro empregado por ela realmente trouxe o efeito desejado, de ter sua aparência igual ao da filha.

O repórter ainda menciona a diferença de idade entre mãe e filha, que é de 22 *anos*, enfatizando assim, que se alguém tem dinheiro, pode rejuvenescer muitos anos.

Em seguida, emprega a expressão *algumas pessoas* para mostrar que aquele é o julgamento destas pessoas e não dele, repórter. Assim, a expressão remete às pessoas que possuem uma opinião favorável à atitude tomada pela mãe. Em contrapartida, é empregado o termo *outros*, deixando claro que não são todas as pessoas que aprovam a escolha da mulher. Para indicar que ele está apoiado no discurso de outro, posteriormente à palavra *outros* ele emprega o verbo *afirma*, explicitando que aquela fala não é sua. Mesmo não tendo uma pessoa específica a quem atribuir o discurso, ele informa que ouviu de alguém aquelas

opiniões.

Quando utiliza a conjunção *mas* após a transcrição das opiniões, o jornalista abre um espaço para a mulher se defender, dar sua versão. Após a conjunção, inicia-se um discurso citado. Ao escrever a fala em discurso direto, o repórter supostamente está reproduzindo a fala tal como foi dita e, assim, como diz Maingueneau, essa forma de discurso passa a responsabilidade da fala para o segundo locutor, a mulher.

O repórter ao final do discurso alerta o leitor de que a declaração foi dada ao *diário Daily Mail*, e não a ele. Assim, o repórter tenta criar um distanciamento ainda maior, pois está apenas repassando as informações. E caso queiram acusá-lo de usar informações que não foram dadas a ele, o repórter já teve o cuidado de informar de onde retirou os dados.

Notícia 9

[...]

O norte-americano Jacob Rehm, de 38 anos, roubou um ônibus em Morrisville, no estado de Vermont (EUA), e publicou um vídeo na internet no qual aparece dirigindo o veículo, segundo reportagem da emissora de TV “WCAX”.

Rehm compareceu na terça-feira no tribunal para se defender das acusações de invasão e roubo. Ele disse que não planejou o roubo, nem tinha plano de fazer o vídeo e colocar no YouTube. “Foi espontâneo, totalmente espontâneo”, disse ele.

A desculpa, porém, não colou. “Quando você pega algo sem pedir, é roubo”, disse Joel Prive, gerente-geral da empresa de transporte Lamoille. (Trecho extraído do texto “Homem rouba ônibus e põe vídeo no Youtube dirigindo o veículo”, disponível no site *noticiabizarras.com.br*, 20/11/09).

Nesta reportagem o repórter informa o nome da pessoa que cometeu o delito, criando assim, um efeito maior de veracidade para a notícia. Quando informa a idade do homem, deixa claro que não é nenhum adolescente imaturo que cometeu tal ação, mas sim um homem maior de idade, que se julgaria ser uma pessoa responsável. Para determinar onde ocorreu o fato e conferir ainda maior credibilidade ao texto, o jornalista faz uso da informação espacial: *Morrisville – Vermont (EUA)*.

Ao empregar o verbo *publicou*, conjugado no pretérito perfeito, conforme diz Fiorin, mostra que o fato aconteceu anteriormente ao momento que é enunciado.

Quando usa o verbo *roubou* para contar o que aconteceu, explicita a ideia de que o homem estava cometendo um delito.

O repórter usa o discurso segundo para deixar claro que aquelas informações não foram ditas por ele, mas sim, partiu da *emissora* “WCAX”. Assim, de acordo com Maingueneau, ele mostra de forma mais discreta que aquele discurso não é de sua responsabilidade, pois se apoiou no discurso de outro.

A utilização do verbo *compareceu* no pretérito perfeito, indica, novamente, que a ação já aconteceu, mas ao empregar a preposição *na* se referindo ao dia da semana que ocorreu, o repórter deixa transparecer que o fato aconteceu na mesma semana em que ele escreveu a reportagem.

O jornalista, quando diz que o homem foi ao tribunal para *se defender das acusações*,

deixa implícito que o homem acredita que as acusações feitas contra ele eram falsas e que o que ele havia feito não era errado.

Em seguida, informa-se que o discurso citado em modo indireto é do homem acusado, usando o verbo *discendi* neutro *disse*. Ao finalizar o discurso indireto, o repórter emprega o discurso direto, confirmando que o indireto está ligado ao homem e novamente para marcar o discurso, emprega o verbo neutro *disse*, confirmando o desejo do teatralizado não envolvimento pelo que foi escrito.

Ao empregar o substantivo *desculpa* para se referir às declarações do sujeito, o jornalista deixa transparecer seu julgamento quanto às explicações dadas para ele, elas eram falsas. Para dar mais veracidade a sua informação, o repórter logo após a frase transcreve um discurso na forma direta, indicando, que não é sua fala, mas sim do gerente-geral da empresa envolvida. Assim, ele emprega novamente o verbo *discendi* neutro *disse* para indicar a ocorrência do discurso e desta forma, mantêm-se afastado do fato. Logo, não soaria coerente o próprio jornalista falar, em discurso indireto, apropriando-se da fala do acusado que tinha sido espontâneo. Afinal, o jornalista se posiciona crítico em relação ao fato, enquanto o acusado, ao dizer que foi “espontâneo”, tenta se eximir da culpa, colocando o fato como algo inocente.

Notícia 10

[...]

Depois de ter levado algumas caixas de cerveja de uma loja de conveniência em Clarksville, no Tennessee (EUA), o picareta teve a moral de voltar até o lugar e solicitar uma troca, já que as cervejas estavam quentes.

A atendente da loja diz que o sujeito deve ter se aproveitado enquanto ela levava mercadorias para a parte dos fundos da loja porque, quando ela voltou, notou que faltavam algumas caixas.

Minutos depois, o suspeito – que ela disse aparentar embriaguez – reapareceu com uma caixa de cerveja, reclamou que elas estavam mornas e pediu para trocar. (Fragmento extraído do texto “Ladrão rouba cerveja quente e tenta trocar”, disponível no site noticiabizarras.com.br, 13/05/10).

Ao empregar o advérbio de tempo *depois*, o repórter explicita que a ação do homem indica posterioridade. Quando informa, através do uso do artigo indefinido, que foram *algumas* as caixas levadas, fica implícito que não se sabe exatamente quantas foram realmente levadas.

Para que o leitor possa localizar espacialmente, o jornalista informa que tipo de loja foi roubada: *conveniência* e a cidade na qual fica: *Clarksville – Tennessee (EUA)*.

Quando é empregado o adjetivo *picareta* para descrever o homem, o repórter mostra seu julgamento e relação à atitude do indivíduo, visto que se tivesse optado por uma expressão mais neutra como, por exemplo, *sujeito*, o jornalista manteria oculta sua opinião. Ao final da notícia, ele faz uso do item lexical *suspeito* o que, muito embora não condene o personagem, já o inclui como envolvido criminalmente, haja vista o campo lexical a que pertence a palavra.

Ao empregar o verbo *voltar*, que está ligado ao advérbio *depois*, fica implícito que o homem é corajoso e tinha certeza que não iriam perceber que ele havia roubado as caixas, assim retornou para tentar a troca. Mesmo não identificando qual foi o lugar que o sujeito voltou, o contexto linguístico possibilita este entendimento, de que foi na mesma loja de conveniência que cometeu o roubo.

O repórter, ao utilizar a expressão *já que*, informa ao leitor qual foi o motivo de ele

voltar para fazer a troca, mas deixa transparecer que mesmo roubando ele acreditava que tinha o direito da troca, pois as cervejas não estavam como ele queria.

Para mostrar que está introduzindo um discurso, o enunciador faz uso do verbo *discendi dizer*, então integra o discurso citado ao citante, evidenciado o emprego do discurso indireto. Sabe-se que mesmo empregando um verbo introdutório neutro, ao utilizar o discurso indireto o repórter atribui mais responsabilidade para si, mas em contrapartida ele tem a possibilidade de escrever o discurso de acordo com a forma como deseja que o leitor veja, ou seja, ele tem uma possibilidade maior de manipulação em torno do leitor. Ainda neste discurso indireto, observa-se que o jornalista usa o verbo *levava*, no tempo pretérito imperfeito. Sobre isso, Fiorin lembra que ao empregar um verbo neste tempo verbal ligado a uma ação que estaria no presente, o enunciador cria um maior distanciamento do fato.

No último trecho da notícia, ao usar o verbo transitivo *aparentar* referindo-se ao que a atendente viu, o repórter deixa claro que não há uma confirmação de que ele realmente estava embriagado, pois as aparências podem enganar. Ao empregar o verbo *discendi disse* é enfatizado que foi a atendente quem vê tal característica no homem, assim o repórter mostra que não é responsável pelo discurso escrito. E observa-se que mesmo o verbo introdutor estando no meio do discurso, o discurso refere-se à declaração da atendente.

Por fim, informa-se que o suspeito apareceu na loja com *uma caixa*. Assim é criada a dúvida de que a atendente poderia ter se enganado ao informar quantas caixas haviam sumido ou pode ter acontecido de o homem já ter bebido algumas caixas, confirmando o fato informado pela atendente da embriaguez aparente dele, pois ele retornou para trocar as que haviam esquentado.

Notícia 11

[...]

A Polícia da Inglaterra deteve um casal, por este estar mantendo relações sexuais em via pública ao lado de uma Delegacia de Polícia.

De acordo com as informações, divulgadas pelas principais agências internacionais de notícias, o caso ocorreu na cidade de Gloucester, no Reino Unido, envolvendo Andrew Moore, de 45 anos, e Charlotte Howell, de 27 anos.

Segundo as informações do porta-voz da polícia local, o casal estava de “forma íntima demais” em plena via pública quando policiais que faziam a ronda viram os “amantes”, e pediram para que eles parassem o que estavam fazendo e que fosse para casa ou a um motel. (Fragmento extraído do texto “Casal é preso por manter relações sexuais ao lado da delegacia”, disponível no site *noticiabizarras.com.br*, 28/05/11).

Na reportagem, ao empregar a locução verbal *estar mantendo* o jornalista cria um efeito de presente em relação aos fatos que, porém já aconteceram. Fiorin diz, sobre isso, que quando se gera essa situação de presente com fatos passados, o repórter acaba criando um efeito de drama na enunciação, o que prende a atenção do leitor.

Ao informar o local onde o casal cometeu tal ato - *via pública* -, o repórter mostra que a ação dos policiais em prender o casal foi correta.

O repórter faz uso da modalização em discurso segundo no segundo parágrafo da notícia. Como não tem uma pessoa especial a qual atribuir o discurso, ele utiliza o termo *informações*, mas diz ao leitor onde as encontrou: *principais agências internacionais de notícias*, mostrando, assim, que mesmo não tendo uma pessoa física da qual se originam, suas informações advêm de meios importantes, não de qualquer agência de notícias, gerando um efeito maior de verdade em relação ao que é dito, mas tomando o cuidado de informar que ele não é o responsável pelas informações. Também, ao empregar o adjetivo *principais agências*, ele reforça a ideia de que suas informações são corretas.

Ao usar o verbo *ocorrer* no pretérito perfeito, indica-se que o fato já aconteceu, mas não se tem a informação de quando.

O jornalista, a partir dos fatos informados pelas agências, comunica em discurso indireto onde que aconteceu o episódio: *Gloucester - Reino Unido*, também informando o nome dos envolvidos e suas respectivas idades.

Depois da modalização em discurso segundo para introduzir as informações das agências, ele utiliza-o novamente, mas agora para marcar o discurso do porta-voz da polícia da cidade em que aconteceu o fato. Assim, ele utiliza a preposição *segundo* para marcar o início do discurso. Nesta citação, o jornalista emprega os termos “*forma íntima demais*” e “*amantes*” para demarcar que ele não adota aquele vocabulário, enfatizando que os termos foram utilizados pelo porta-voz e criando a ilusão de que ele não tem responsabilidade nenhuma sobre o discurso, principalmente pelas palavras entre aspas. Observa-se também, que se trata de um eufemismo, de uma amenização “o que estavam fazendo”, já que se referia a sexo, ou seja, supõem-se que os guardas tenham mesmo usado essa expressão, eles foram bem amenos.

Por fim, ao observar que os policiais *pediram* e ainda indicaram possíveis locais que poderiam continuar o ato, fica implícito que eles em princípio tentaram resolver a situação de forma tranquila, mas ao retornar-se para o início da reportagem onde há a informação de que o casal foi detido, conclui-se que o casal não aceitou o pedido e conseqüentemente tiveram alguma reação inadequada, além da que já estavam cometendo, acarretando na detenção deles.

Notícia 12

[...]

Sem conseguir chegar a uma solução, ela recorreu, na semana passada, ao atendimento on-line da Vivo.

Na conversa com o técnico da companhia de celular, surgiu a orientação para solucionar o problema: “Pega o aparelho e arremesse contra a parede! Resolve na hora”, recomendou o atendente.

“Antes disso, os atendentes pediram para eu ligar para a empresa usando outro aparelho que não aquele que apresentasse problemas, mas eu só tenho esse telefone”, afirmou a cliente.

Procurada pela reportagem, a Vivo disse lamentar o ocorrido e afirmou que o comportamento do funcionário não é condizente com a visão da companhia em relação ao respeito aos seus clientes.

Ela disse ainda que tomou as medidas administrativas cabíveis para que casos desse tipo não se repitam.

Para Paulo Arthur Góes, diretor-executivo do Procon-SP, “as operadoras só querem novos clientes. A consumidora em questão pode entrar na Justiça com uma ação por danos morais.” (Fragmento extraído do texto “Funcionário da Vivo orienta a jogar celular na parede, disponível no site *noticiasbizarras.com.br*, 16/10/2012).

Na reportagem acima, ao usar o verbo *recorreu* o repórter deixa transparecer que a cliente já havia tentado de outras formas resolver seu problema, mas nenhuma funcionara. Assim, não teve escolha se não o atendimento online.

O repórter faz uso das aspas para reproduzir a fala, tanto do atendente, como da cliente, produzindo o discurso citado. No entanto, conforme Maingueneau, não há como comparar a fala que é proferida no momento exato em que ocorre com a do enunciado citado. Maingueneau lembra que por mais próximo que esteja da fala real, o discurso direto apenas teatraliza um efeito de realidade, pois o enunciador do discurso citante, o repórter, é quem decide o que escrever e quais discursos utilizar para elaborar a notícia de acordo com seu propósito. Pode-se observar, também, que talvez o uso do discurso direto para o atendente possa ser justificado em função de um erro na conjugação do verbo *arremesse*, que não mantém concordância temporal como “*pega*”. Talvez, com isso, o repórter tenha tentado

depreciar ainda mais o atendente.

Na última enunciação reportada para saber a qual empresa o locutor está se referindo, o leitor precisa retornar ao parágrafo onde o discurso citante dá conta de tal informação, já que no discurso citado o cliente não o menciona.

No decorrer da reportagem, consta uma resposta da operadora para defender-se das acusações sofrida. Fica claro, aí, o uso do discurso indireto pelo repórter, o qual aparece como oração subordinada substantiva objetiva indireta, sendo introduzidas por um verbo dicendi. Aqui o repórter usa o verbo *dizer*, que é neutro, a fim de manter um distanciamento e não criar a ilusão de não estar envolvido com o dito, visto que juntou o discurso citado ao seu.

No segundo parágrafo, o enunciador usa novamente o verbo dicendi *dizer* e o pronome *ela* para demarcar o uso do discurso indireto. Observa-se que em ambas as citações em discurso indireto, ele opta por usar o verbo *dizer*, que é neutro. Quando se opta pelo uso do discurso indireto, conforme Maigneueau diz, o discurso citado é agrupado ao discurso citante, tendo apenas um locutor. Assim, a responsabilidade em torno do que está se escrevendo é maior. Ainda no segundo parágrafo, o escritor emprega o verbo *tomar*, no pretérito perfeito, indicando, assim, que a ação já foi executada, tendo sido focal, sem repetições.

O repórter insere a fala do diretor-executivo no terceiro parágrafo e não utiliza nenhum verbo introdutor. No entanto, observando-se o contexto linguístico e o emprego das aspas, fica evidente a utilização de discurso direto, bem como o enunciador de tal fragmento.

Quando o escritor usa a fala do diretor-executivo do PROCON, acaba por alçar a citação a um patamar de importância e veracidade mais elevado devido ao relevante cargo da pessoa em questão. Além disso, observa-se que aqui quem fala é o lado que defende o consumidor e que está, portanto, em oposição à atitude tomada pela empresa, mesmo que essa tenha reconhecido o erro. Desta forma, ao se analisar o conteúdo da fala do diretor-executivo do PROCON e sua posição assumida no texto, logo depois das afirmações da empresa Vivo, é gerado um efeito de questionamento quanto à veracidade em torno do discurso da empresa. Assim, subentende-se que a empresa mencionada na reportagem não tem preocupação com seus clientes, visando apenas o lucro. Por isso, o diretor-executivo fala de levar a empresa à Justiça como uma forma de os clientes, de alguma forma, terem seus direitos cumpridos e não mais ficarem esperando longos períodos sem nada ser feito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos relativos ao gênero para a criação de um texto é importante e essencial, mesmo que, de certa forma, ele delimite o que deva ser escrito. Como a grande maioria dos textos já possui uma classificação dentro dos gêneros, não há como fugir do seu uso. Assim, se deseja escrever uma notícia, será necessário seguir as características que determinam o gênero em questão, caso contrário, se estará criando um novo gênero ou o resultado final não será uma notícia.

Contudo, é possível constatar que não é necessário seguir todas as regras que circundam o gênero. A pessoa pode optar por usar algumas e acrescentar outras, desde que não altere radicalmente o texto, de forma a impedir a classificação dentro do gênero escolhido.

É a sociedade que estabelece, ao longo do tempo, as características de cada gênero, a fim de manter domínio de como as pessoas devem escrever e o que devem escrever, conforme o alvo social que desejam atingir e o meio social em que circulará o texto.

É preciso, por isso, levar em consideração a cultura na qual a pessoa se encontra inserida. Um mesmo gênero pode ser adequado em um determinado lugar, mas em outro esse mesmo gênero poderá ser considerado inapropriado.

Para que o gênero possa circular na sociedade, ele precisará de um suporte. Além do que, certos gêneros precisam de um suporte específico para serem caracterizados como tal. Para encontrar o gênero notícia, as pessoas sempre buscarão jornais, revistas ou sites especializados em publicar textos com as especificidades do gênero. Assim, é verídico o fato de que não é qualquer suporte que poderá ser usado para certos gêneros, pois, assim, perderiam sua essência.

Ainda sobre o gênero notícia, é possível afirmar que existem jornais, revistas e sites especializados em veicular notícias de um estilo específico. No caso do site de onde foram retirados os trechos de algumas notícias, pode-se observar que as reportagens são casos incomuns, são notícias que geram certo grau de estranheza no leitor.

O repórter sempre está discorrendo sobre um determinado fato ocorrido em um momento e lugar determinado. O enunciador sempre procura informar o destinatário do que aconteceu, onde aconteceu, mas nem sempre informa o nome da pessoa envolvida. Algumas vezes, o enunciador opta por utilizar um substantivo comum para falar da pessoa de quem trata a notícia, não informando o nome próprio do sujeito.

Quando escreve, o enunciador tenta fazer de um modo que o leitor não perceba a sua presença, tentando criar a ideia de que há somente o *outro* no discurso. Assim, o jornalista tenta criar a ilusão de que não foi ele quem proferiu determinadas palavras. Mas se foi ele quem escreveu, conseqüentemente, não há como fugir da responsabilidade pelo que foi escrito. Para que a linguagem possa se tornar discurso, é imprescindível a existência da pessoa.

Várias vezes, nos textos, as vozes do *eu* e do *outro* se juntam, formando uma voz única, além de criar um efeito de aqui e agora no momento em que se dá a leitura.

Desta forma, verifica-se que há a ocorrência da polifonia nos textos, ou seja, essa mistura de várias vozes num mesmo discurso. Assim, afirma-se que as notícias jornalísticas são polifônicas naturalmente. Então, o jornalista poderá optar pelo uso do discurso direto ou discurso indireto. Porém, essa escolha de como reportar o discurso do outro, mostrará o quanto ele - o jornalista - quer se responsabilizar pelo que foi escrito.

Nas reportagens analisadas, percebe-se que muitas vezes ocorre o uso dos dois discursos, gerando assim, uma complementação de um discurso com o outro que cria um efeito maior de verdade para o texto.

O uso do discurso direto cria um efeito de fidelidade às exatas palavras que a pessoa teria usado. Também mostra que o repórter não é o responsável por aquelas palavras, além do que, mostra claramente qual é o discurso citado e qual é o discurso citante. Assim, muitas vezes o discurso citado vem logo depois do discurso citante, comprovando o que foi dito anteriormente.

Ao utilizar o discurso indireto, por outro lado, o jornalista também está escrevendo o que a pessoa disse. O repórter, porém, utiliza suas palavras para escrever o que ouviu. Desta forma, ao utilizar o discurso indireto, a responsabilidade pelo que está se inserido na notícia é maior.

Observa-se que na maioria das vezes o repórter opta para marcar o discurso do outro com o verbo *discendi* “dizer”, que é o único verbo considerado neutro nessas circunstâncias. Assim, nota-se como o jornalista, além de não querer mostrar responsabilidade pelo que escreve, também deseja manter distanciamento com o que foi escrito. São poucas as vezes em que se nota o uso de outros verbos para apontar a ocorrência de um discurso citado, devido ao envolvimento maior que seu uso gera e o fato de deixar esse envolvimento transparecer.

Há nos trechos analisados, também a ocorrência da modalização em discurso segundo. Esse recurso geralmente é utilizado quando a pessoa a ter o discurso reportado é alguém com um posto social significativo na sociedade ou no meio em que está inserida. Essa é uma forma

mais discreta de responsabilizar o outro pelo discurso, pois fica evidente que o repórter se apoiou em outro discurso.

Por fim, ressalta-se que ao reportar o discurso de outra pessoa, mesmo que o repórter queira mostrar que não é responsável pelo que relata e tentar distanciar-se do que escreve, aquelas palavras pertencem ao jornalista também. Mesmo que utilize o discurso direto, que gera um efeito maior de distanciamento e de menor responsabilidade, mesmo que recorra ao verbo neutro, tudo é apenas uma ilusão. São ideias teatralizadas a fim de ajudar o jornalista a mostrar para o leitor uma notícia, a partir de um determinado ponto de vista, apesar de, a todo custo, tenta mostrar sua neutralidade em relação ao fato.

REFERÊNCIAS

BILIONÁRIO chinês oferece R\$ 132 bilhões para homem que seduzir filha lésbica. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

CASAL é preso por manter relações sexuais ao lado da delegacia. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

COM dinheiro mãe fica melhor que a filha. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

CUIDADO ao colocar fotos pessoais na internet. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

DISCINI, Norma. **A comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2007.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FUNCIONÁRIO da Vivo orienta a jogar celular na parede. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 19 out. 2012.

HOMEM rouba ônibus e põe vídeo no Youtube dirigindo o veículo. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

JOGADOR cai morto em campo – E leva amarelo por simulação. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 19 out. 2012.

LADRÃO rouba cerveja quente e tenta trocar. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

MÃE ensina pole dance para filha de 7 anos de idade. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Afiliada, 2009.

PAULINO, Graça. et al. **Tipos de textos, modos de leitura**. 2. ed. São Paulo: Formato, 2001.

PESSOAS egoístas são mais felizes, aponta estudo. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.

PILOTOS discutem em pleno vôo e esquecem de pousar avião. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 19 out. 2012.

SILVA, Patrícia Alves do Rego. **As marcas da enunciação no texto jornalístico policial.** Disponível em <www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno07-02.html>. Acesso em: 18 jul. 2012.

TV pede desculpas por transmitir Playboy em canal infantil. Disponível em <www.noticiasbizarras.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2012.